

RBEMF

REVISTA BRASILEIRA DE ECONOMIA MONETÁRIA E FINANCEIRA

Volume 3 | Número 1 | 2025

Um conto de réis: a proclamação da moeda do império português em Malaca

Fernando Carlos G. de C. Lima



Um conto de réis: a proclamação da moeda do império português em Malaca

O valor do ouro é dado pelo seu peso, que é a regra estabelecida no mundo. O valor do dinheiro é dado pelo Selo, ou qualquer outra regra estabelecida pela nação onde circula. (Thomaz Joplin, 1718)

A moeda é uma criatura da lei. A teoria da moeda deve portanto lidar com a história das leis. (Georg.F. Knapp, 1924)

Fernando Carlos G. de C. Lima

Professor do Instituto de Economia da UFRJ

fcarlosgreenhalgh@gmail.com

Resumo

Este ensaio narra um episódio ocorrido há pouco mais de cinco séculos em Malaca, quando Portugal, com o intuito de fortalecer as bases do seu império marítimo, logrou impor ali a adoção de sua moeda. Seguimos aqui a sugestão de G. F. Knapp: a moeda é uma criatura da lei; portanto a teoria monetária deve levar em conta a história das leis. O ensaio contém sete seções. A primeira resume o debate sobre as motivações da expansão portuguesa, seguida pela descrição da conquista (seção 2) e das principais características da economia do Sultanato (seção 3). As seções 4 e 5 tratam, respectivamente, das razões da criação uma casa da moeda portuguesa e cristã em Malaca e das negociações em torno do conteúdo metálico e do valor nominal das peças a serem cunhadas. As razões da pompa e circunstância da solenidade de proclamação da moeda portuguesa é analisada na seção 6. No epílogo, retornamos à teoria de Knapp sobre a natureza da moeda, chamando atenção para a distinção que deve ser feita entre a moeda do Estado e aquela que circula além das fronteiras soberanas

Palavras-chave: moeda; império; cartalismo

Abstract

This essay examines an episode that occurred a little over five centuries ago in Malacca, when Portugal, with the aim of strengthening the foundations of its maritime empire, managed to impose the adoption of its currency there. We follow here the suggestion of G. F. Knapp: money is a creature of law; therefore, monetary theory must take into account the history of laws. The essay contains seven sections. The first summarizes the debate on the motivations for Portuguese expansion, followed by the description of the conquest (section 2) and the main characteristics of the economy of the Sultanate (section 3). Sections 4 and 5 deal, respectively, with the reasons for the creation of a Portuguese and Christian mint in Malacca and with the negotiations surrounding the metallic content and nominal value of the pieces to be minted. The reasons for the pomp and circumstance of the solemn proclamation of the Portuguese currency are analyzed in section 6. In the epilogue, we return to Knapp's theory on the nature of currency, drawing attention to the distinction that must be made between the currency of the State and that which circulates beyond sovereign borders.

Keywords: empire; money; chartalism.

Introdução (Prólogo)

De acordo com o economista alemão G. F. Knapp, a moeda é uma criatura da lei; dito de outra maneira, a moeda é uma criação do Estado, que decreta as leis e impõe seu cumprimento e, por essa razão, a teoria monetária deve levar em conta a história das leis. Buscando contribuir para as investigações sobre a natureza da moeda a partir da pista deixada por Knapp, neste ensaio narramos um episódio ocorrido há pouco mais de cinco séculos em Malaca, cidade portuária situada no estreito do mesmo nome que conecta os oceanos Índico e Pacífico¹. Naquela ocasião, com o intuito de fortalecer as bases do seu império asiático, Portugal logrou impor ali a adoção da sua moeda.

Nossa história começa em março de 1511, quando forças portuguesas atacam e conquistam o Sultanato de Malaca em nome d'El Rei D. Manuel. Poucos dias após a expulsão do sultão, uma multidão de mercadores e autoridades locais, acompanhada de oficiais da Coroa portuguesa e de dois imponentes elefantes, participou de um grandioso desfile que percorreu as principais ruas da cidade. Tratava-se da proclamação da moeda do império português, uma cerimônia que coroava as negociações, já finalizadas, em torno do novo sistema monetário da cidade.

Para contextualizar as origens e desenvolvimentos dessa história, este ensaio está dividido em sete seções. A próxima resume o debate sobre as motivações da expansão ultramarina portuguesa nos séculos XV e XVI. A seção seguinte descreve como se deu o ataque ao Sultanato de Malaca e como a ele reagiram o sultão e parte dos mercadores locais. As principais características da economia de Malaca quando da tomada da cidade pelos portugueses são apresentadas na seção 3, enquanto as seções 4 e 5 tratam, respectivamente, das razões da criação uma casa da moeda portuguesa e cristã em Malaca e das negociações em torno do conteúdo metálico e do valor nominal das peças a serem cunhadas. Toda a pompa e circunstância da solenidade de proclamação da moeda do império português é descrita e comentada na seção 6. No epílogo, retornamos à teoria de Knapp sobre a natureza da moeda sintetizada acima, relacionando-a com os eventos narrados, chamando a atenção para a distinção que deve ser feita entre a moeda do Estado e aquela que circula além das fronteiras soberanas

1. Motivações

Os motivos da expansão ultramarina de Portugal iniciada em 1415 com a tomada de Ceuta (Marrocos) ainda são debatidos na historiografia². Não faltou motivação: “os impulsos fundamentais por trás do que se conhece como a ‘Era dos Descobrimentos’ sem dúvida surgiram de uma mistura de fatores religiosos, econômicos, estratégicos e políticos, é claro que nem sempre dosados nas mesmas proporções” (BOXER, p. 33).

Sem desconsiderar os aspectos estratégicos e políticos, o historiador italiano Carlo Cipolla corrobora a opinião externada no século XVI pelo diplomata flamengo Ghiselin de Busnereq: “nas expedições europeias [às Índias], a religião fornece o pretexto e o ouro, o motivo”(CIPOLLA, 1983, p.116) . Ao pretexto e ao motivo, Cipolla acrescenta o fato de “o progresso tecnológico da Europa atlântica nos séculos XIV e XV ter fornecido os meios”, numa referência aos avanços das técnicas náuticas -- embarcações à vela mais ágeis e mais velozes – e das inovações militares, com a colocação de canhões a bordo das embarcações.³

¹ O Estreito de Malaca mantém até hoje grande importância geopolítica. Através dele passa cerca de 40% do comércio mundial de mercadorias e parte considerável do petróleo importado pela China.

² Para uma resenha desses debates, ver, p.ex., GODINHO (1962) e THOMAZ (2021).

³ CIPOLLA (1983, p. 116) ressalta a importância de se perceber a diferença entre avanço tecnológico e avanço civilizatório ao citar Adam Smith: “antigamente, as nações opulentas e civilizadas tinham dificuldade de se defender das nações pobres e bárbaras; nos tempos modernos os pobres e os bárbaros têm dificuldades de se defender dos opulentos e civilizados” (Idem, p. 124). É curioso notar que, passados dois séculos e meio da publicação de “A Riqueza das Nações”, os “civilizados” voltem a se sentir atacados pelos “bárbaros”.

Com efeito, foi dispondo de melhores velas e canhões que, no decorrer do século XV e na virada do seguinte, navegadores-mercadores lusitanos “descobriram” novos territórios na costa ocidental e oriental do continente africano, estabelecendo relações comerciais e espalhando a fé cristã. Iam atrás de ouro – nesse caso, literalmente –, escravos e marfim, oferecendo em troca produtos diversos adquiridos em outras regiões da Europa⁴. A seguir, atravessaram o oceano Índico e chegaram, com Vasco da Gama, ao subcontinente indiano, onde lograram efetivamente ocupar alguns pontos estratégicos⁵. A partir de então, privilegiaram o lucrativo comércio das especiarias, ainda que sem abandonar o pretexto religioso.

2. O ataque

Consta que El-Rey D. Manuel, revelando grandiosa visão geopolítica, traçou um plano que, se bem executado, permitiria a seu Reino obter o monopólio do comércio das especiarias: lacrar os três pontos de passagem marítima entre o Oceano Índico e o continente europeu mais utilizados pelos mercadores, quais sejam, a cidade de Adem -- na “boca” do Mar Vermelho --, a ilha de Ormuz, situada na “boca” do Golfo Pérsico, e, por fim, o Sultanato de Malaca⁶.

O ataque a Malaca foi comandado por Afonso de Albuquerque, apelidado “o Terrível” por Camões, e não à toa. Desde que assumiu o comando de parte da armada lusitana, em 1505, até sua morte dez anos depois, o almirante português tocou o terror por onde passava, um comportamento que contrastava com a forma relativamente pacífica como se processava o comércio marítimo no Oceano Índico⁷.

Em abril de 1511, Albuquerque entendeu ter chegado a hora de incorporar o sultanato de Malaca aos domínios de seu rei. A decisão teria sido precipitada pelo recebimento de uma carta escrita por um conterrâneo informando que, dois anos antes, havia sido aprisionado pelo sultão de Malaca, juntamente com outros membros de uma missão enviada por D. Manuel àquela cidade para “negociar” a instalação de uma feitoria. A carta, que chegara às mãos de Albuquerque através de Nina Chatu, um rico mercador hindu residente em Malaca, relatava ainda que o sultão tinha inicialmente concordado com a proposta lusitana, mas acabara sendo convencido a rejeitá-la por influentes comerciantes muçulmanos que desconfiavam, corretamente como se viu depois, das intenções do rei português.

O terrível fidalgo se encontrava então em Cochim, cidade costeira do subcontinente indiano que, sob ameaça, havia se tornado tributária do Estado português e onde Portugal já havia instalado

⁴ Autores como INIKORI (XXXX) e GREEN (XXXX) sugerem que não se tratava de simples escambo. Boa parte das mercadorias aceitas pelos africanos circulavam como moeda nas suas trocas internas; até meados do século XVII, o acesso ao comércio atlântico teria se constituído, de fato, num mecanismo de ampliação da oferta de dinheiro na África Subsaariana.

⁵ D. Manuel se autoproclama “Senhor da conquista, navegação e comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia”: o Estado é agora uma casa comercial, o rei um poderoso negociante que habita junto dos seus armazéns e recebe metade, mais tarde um quarto, das mercadorias importadas. O último quartel do século XV e as primeiras décadas do século XVI gravitam em torno do ouro e da pimenta” (GODINHO, p. 121).

⁶ SUBRAHMANYAN (1993, p. 91) reproduz trecho do Regimento entregue a D. Francisco de Almeida, 1º Vice-Rei da Ásia portuguesa: “E porque nos parece que nenhuma cousa poderia mais importar a nosso serviço que termos uma fortaleza na boca do Mar Roxo, ou perto dele, (...) porquanto por aqui se cerrava não poderem mais passar nenhuma especiaria à terra do Sultão; e todos os da Índia perderem fantasia de mais poderem tratar senão conosco”.

⁷ “O domínio do comércio marítimo do Índico, primeiro pelos árabes e mais tarde por muçulmanos de origem indiana (...) [havia sido] obtido muito pacificamente. (...) O fato de terem cooperado estrita e cordialmente com os mercadores e rajás hindus. (...) sem que nenhuma das partes tentasse converter a outra, consolidou o monopólio muçulmano (...) Os portugueses perceberam imediatamente que só poderiam destruí-lo pela força bruta, e não pela competição pacífica. E passaram a fazê-lo com crueldade consumada e rapidez surpreendente” (BOXER, 2002, p. 60-1).

uma feitoria. Apesar de a maior parte da comunidade de mercadores lusos ali residente se opor à ideia de ocupar Malaca⁸, Albuquerque levou seu plano adiante.

A armada portuguesa, integrada por mais de 20 embarcações, cerca de 900 pessoas e muitos canhões, chegou a Malaca no início de agosto. Durante o percurso desde Cochim, o agora nomeado vice-rei explicou para seus comandados, entre os quais se encontrava Fernão de Magalhães, as duas principais razões daquela iniciativa: a primeira era “o grande serviço que faremos a Nosso Senhor em lançarmos os Mouros fora desta terra”⁹ (p. 133). E a outra razão era “o serviço que faremos a ElRey D. Manuel em tomarmos esta Cidade, por ser fonte de todas as especiarias e drogarias que os Mouros daqui levam cada ano para o estreito [de Ormuz], sem lhas podermos defender”. Sendo vitoriosos, aos mouros “não lhes fica nenhum porto, nem lugar tão cômodo nestas partes, donde as possam haver.” Em resumo, os motivos imediatos eram os mesmos de sempre: a religião e o ouro¹⁰.

Albuquerque anunciou sua chegada bombardeando algumas embarcações ancoradas no porto. Dado o recado, apresentou suas exigências: a libertação dos prisioneiros portugueses e a permissão para estabelecer uma feitoria e construir uma fortaleza. Com esta última exigência, Albuquerque deixava claro que, contrariando a tradição regional, não estava interessado apenas em saquear a cidade, mas em permanecer nela. Caso suas demandas não fossem atendidas, ele invadiria.

O sultão Manude Xá não estava disposto a ceder e comandou um ataque preventivo à frente de um exército formado por cerca de 20 mil soldados, alguma artilharia e um número desconhecido de elefantes especialmente treinados para atuar em conflitos bélicos. Diz a lenda que, tomados de surpresa, os portugueses ficaram inicialmente assustados com aquela cena, mas logo um de seus oficiais, deliberadamente ou não, espetou com uma lança um dos elefantes que lideravam o exército. Ferido, o enorme animal disparou em direção contrária, provocando o estouro da manada. Derrotado, Manude Xá retornou a seus aposentos.

Nos dias seguintes à batalha, enquanto aguardava um novo pronunciamento ou atitude do sultão, Albuquerque recebeu a visita de diversos mercadores indianos, chineses e de outras origens que, insatisfeitos com os privilégios que o soberano de Malaca conferia aos muçulmanos, solidarizaram-se e pediram proteção àqueles invasores bárbaros. Em troca, receberam bandeiras a serem afixadas nas suas propriedades para que fossem poupadas em caso de saque. Alguns desses devem ter participado das negociações sobre a moeda que descrevemos mais adiante.

Quando, em 24 de agosto, ordenou novo ataque, Afonso de Albuquerque não encontrou resistência, porque Manude Xá já havia abandonado o sultanato. Os oficiais e a soldadesca puderam então se dedicar ao butim, enquanto Albuquerque, agora preocupado com a defesa de Malaca, dava início à construção da fortaleza.¹¹

3. A economia monetária de Malaca

A preocupação do governador era justificada. A cidade impressionava pelo seu tamanho: no início do século XVI o número de moradores em Lisboa e na cidade do Porto não ultrapassava 60 mil e 15 mil, respectivamente, enquanto a população de Malaca era estimada entre 100 e 200 mil habitantes, dos quais aproximadamente sete mil eram escravizados ¹². No século XV, o sultanato

⁸ Os mercadores temiam que a ocupação de Malaca aumentasse o controle pela Coroa dos lucros com os negócios conduzidos no Extremo Oriente (THOMAZ livro).

⁹ Por “mouro”, entenda-se qualquer pessoa não adepta da fé cristã, principalmente os muçulmanos.

¹⁰ Em suas crônicas sobre a “verdadeira história da conquista da Nova Espanha”, da qual participou como militar e administrador, o “conquistador” Bernal Diaz escreveu que os espanhóis invadiram a América para “servir a Deus e Sua Majestade, para levar a luz da fé aos viviam na obscuridade e para enriquecer, como era o desejo de todos” (cit. CIPOLLA, 1983, p. 115).

¹¹ “A famosa”, como ficou conhecida a fortaleza, foi inaugurada em ainda naquele ano. Suas bem conservadas ruínas foram declaradas Patrimônio Mundial pela UNESCO em 2008.

¹² THOMAZ (1993).

tinha se expandido para o outro lado do estreito, tornando-se assim “uma capital-metrópole de um pequeno império atravessado a meio pelo estreito de Malaca”¹³. Segundo Oliveira Martins, graças à sua localização, “tudo o que vinha das Molucas, pátria do cravo precioso; tudo o que vinha da China e do Japão, metais, sedas, loiças, tudo ia passar a Malaca, para daí seguir a Goa, e de Goa para a Europa”.¹⁴

O historiador português Luiz Felipe Thomaz (THOMAZ, 1993) classifica o Sultanato como um “reino mercantilista”, onde a elite mercantil e o próprio sultão participavam de um comércio aberto, não administrado e não voltado aos interesses do soberano. O historiador português enfatiza o caráter monetário da economia de Malaca ao analisar um registro deixado por um mercador italiano, em que relatava o método de adquirir escravos: se alguém lhe pedia dinheiro, ele emprestava a juros de 10% a.a. com a condição de que o devedor aceitasse cumprir tarefas várias, na terra, ou no mar; o contrato financeiro previa também que escravizado tinha o direito de, a qualquer momento, comprar sua liberdade honrando o total da dívida.

Note-se que, não obstante o caráter essencialmente monetário de sua economia, o principal meio de pagamento usado nas transações no interior do sultanato era a moeda de estanho. Essa moeda, conhecida pelos portugueses como calaim, era a única cunhada na Casa da Moeda de Malaca. Por sua vez, nos negócios de importação e exportação, mercadores e homens de negócio usavam barras de prata de diversos tamanhos, blocos de estanho e, principalmente, ouro, amoadado ou não, que tinha valor mensurado em miticais – um mitical equivalendo a 4,25 gramas¹⁵. A preferência por um sistema de trocas baseado na moeda a peso devia-se à desconfiança quanto ao valor intrínseco das moedas de prata e de ouro vindas de outras terras, algumas muito distantes.

4. A economia política da Casa da Moeda de Malaca

As características da economia nova “conquista” apresentadas acima, em especial de seu sistema monetário e de pagamentos, ajudam a entender a pressa dos homens de negócio locais em resolver a questão da moeda. Braz Albuquerque sugere que a decisão de priorizar a construção de uma casa da moeda teria sido tomada quando Nina Chatu – novamente ele -- procurou seu pai para alertá-lo de que “o povo passava grande trabalho por não haver moeda, e que lhe pediam por mercê a mandasse fazer”. O rico mercador não teve dificuldades para convencer o mandatário português de que o assunto era mesmo urgente, pois, embora “a obra da Fortaleza o trouxesse muito ocupado [e] deixava isto para outro tempo, em que tivesse menos ocupação”, Albuquerque estava consciente de que “a necessidade que lhe apresentaram era muita, e o povo não podia se remediar sem moeda”.

Do ponto de vista do representante máximo da monarquia lusitana na Ásia, a construção de uma casa de bater moeda atendia a considerações que iam além de tentar resolver um possível problema de escassez monetária ou esclarecer o destino dos contratos financeiros pendentes. Implícitas na noção de que “o povo não podia se remediar sem moeda”. Antes de mais nada, havia que afirmar a soberania da Coroa. Godinho (op. cit., p. 70) explica que, ao longo do seu processo de expansão,

enquanto os Portugueses ficaram a bordo dos navios, tendo em terra tão só feitorias e alguns fortins, é lógico que não pensassem em bater moeda nesses lugares. Mas logo que o seu domínio abarcou grandes cidades (...), onde funcionavam Casas da Moeda, houve que optar: ou deixar seguir as emissões indígenas, ou então chamá-las a si -- opção entre a condição de hóspedes ou senhores. (...) Albuquerque, edificando um Estado português do

¹³ Ao longo do séc. XVI, os portugueses respeitaram, em geral, as leis e costumes locais (CURVELO, 2009).

¹⁴ Citado em PINTO (2013).

¹⁵ Dada sua importância como centro de comércio internacional, Malaca abrigava então o “mais importante mercado mundial deste metal” (GODINHO, op. cit., p....).

Oriente, não podia deixar de enveredar pela via da criação de uma amoeção portuguesa e cristã.

Albuquerque “quis logo entender nisso”, aplicando às moedas a “insígnia Real del-Rei e suas vitórias, como também por apagar a moeda dos mouros” (p. 389). A questão da soberania monetária era particularmente sensível no Oriente, onde os reinos mais fracos tornavam-se tributários dos mais fortes e dependiam de autorização para poder estabelecer uma casa da moeda. Só quem mandava podia bater moeda, e Portugal, por suposto, pretendia mostrar que mandava.

A referência que faz Godinho à necessidade de uma “amoção portuguesa e cristã” merece um comentário à parte. Em obra publicada em 17??, o jesuíta XXXX teorizava sobre a simbologia das mensagens estampadas nas moedas metálicas: p. 100 “São as Moedas uns documentos com que (...) se autorizam as Histórias, porque por elas se entra no conhecimento da grandeza e poder dos Soberanos, pela riqueza dos metais e pela diversidade dos cunhos”. Mais recentemente, a historiadora Ferro Tavares (p. 329) agrega aspectos numismáticos ao tema:

Ao possuidor medieval de uma determinada espécie monetária estranha, esta falava-lhe pelo metal nobre ou não em que era cunhada, pelo tipo e pela legenda. O primeiro informava-o a priori da riqueza de um reino e os outros dois elementos diziam-lhe algo sobre a arte, ou seja, o maior ou menor aperfeiçoamento técnico usado no fabrico do numerário circulante, o poder emissor e, sobretudo, sobre a ideologia político-religiosa que lhe dava corpo. 16

Sendo a moeda uma criatura do Estado e sendo este assumidamente cristão, era preciso fazer prevalecer, num lado e no outro das moedas correntes, o perfil d’El Rei e dizeres enaltecendo a cristandade¹⁷. Ressalte-se, contudo, que o uso da moeda como instrumento de propaganda não era peculiar aos cristãos europeus. No mundo muçulmano, onde o Estado geralmente controlava as emissões monetárias, as moedas eram igualmente carregadas de simbologias:

A emissão de uma moeda ou de uma série de moedas era certamente uma medida econômica, mas ao mesmo tempo estas moedas expressavam a retórica política ou as aspirações imperiais muitas vezes transmitidas através das legendas gravadas no corpo das moedas (...) A forma, o design e a decoração estética das moedas não serviam apenas para embelezar o corpo das moedas para parecessem bonitas e cativantes; elas carregavam o objetivo e a ideologia do Estado. Hussain (2013).

Como as moedas de estanho cunhadas na Malaca islâmica e as que chegavam pela via do comércio exterior transmitiam valores pagãos, o objetivo de “apagar a moeda dos mouros” não poderia, portanto, ser atingido simplesmente cunhando moedas cristãs. Urgia proceder a uma recunhagem, mecanismo pelo qual todas as moedas de Maomé teriam obrigatoriamente de ser entregues na Casa da Moeda para serem derretidas, e o metal resultante recunhado em moeda de Cristo. O sucesso desse mecanismo estava garantido pela adoção de um método de convencimento então muito comum na Europa, qual seja, a aplicação da pena de morte para os infratores. Brás de Albuquerque foi bem didático na explicação:

mandou Affonso de Albuquerque (...) que todos os Mouros que tivessem [a moeda] do Rei de Malaca a levassem logo ali [na

¹⁶ Desde sempre, e até os dias de hoje, o dinheiro físico – o chamado meio circulante – tem sido utilizado para transmitir mensagens políticas e/ou religiosas, e até mesmo para encarnar poderes imperiais. As cédulas de dólar estadunidenses servem de exemplo ao estamparem retratos de seus heróis nacionais e a inscrição “In God we trust”.

¹⁷ Além da cruz, as moedas traziam gravadas mensagens, geralmente em latim, como “Dominus protector meus et liberator meus” (“O Senhor é meu protetor e meu libertador”).

Casa da Moeda] sob pena de morte; e veio tanta quantidade dela por medo da pena que lhe era posta que (...) em breve tempo se lavrou uma grande quantidade de prata, ouro e estanho¹⁸.

Por fim, mas não menos importante, o estabelecimento de uma casa da moeda poderia auxiliar na administração das finanças do Estado e da política monetária, exercendo um papel semelhante ao dos bancos nacionais no século XIX. Pelo lado da receita corrente, uma contribuição óbvia seria com os ganhos de senhoriagem e brassagem advindos da atividade de amoeção. Ademais, ao deter o monopólio da cunhagem, o Estado teria facilitada sua capacidade de promover alterações no valor das moedas, operação que então se constituía no principal mecanismo de política monetária.

5. Negociando tradições e valores monetários

Pragmaticamente, os dirigentes portugueses tinham de levar em consideração as diferentes realidades confrontadas, os costumes e as necessidades locais. Negociar foi necessário tanto por razões políticas como econômicas. Por um lado, o domínio luso seria insustentável sem o apoio de boa parte da elite mercantil, principalmente porque, não só em Malaca mas em toda a Ásia, os cidadãos de origem portuguesa constituíam um pequeno percentual da população. Por outro lado, mostrava-se contraprodutivo interferir no sistema de pagamentos de um centro portuário monetariamente sofisticado que mantinha antigas ramificações inter-regionais.

Difícilmente as elites locais iriam contestar os aspectos político-religiosos da nova legislação monetária, mesmo porque a grande maioria dos mercadores muçulmanos havia abandonado a cidade junto com o sultão. Uma vez aprovada a construção de uma casa da moeda e definidas as imagens e os dizeres constantes nas moedas, cabia a Albuquerque a tarefa de negociar o conteúdo metálico e o valor em réis a ser atribuído a cada tipo de moeda.

A discussão pertinente à moeda de estanho ganhou precedência “porque a Moeda dos Mouros fosse logo apagada de todo, principalmente a de estanho, que era a mais comum na terra”. Além da questão simbólica, o uso de estanho nas cunhagens em relação ao uso de cobre era economicamente vantajoso, por ser o estanho mais barato e por serem de estanho as moedas correntes.

Relata Brás de Albuquerque que seu pai convocou

todos os Mercadores, Governadores e principais homens da Cidade, e pôs em prática o que lhe tinham pedido; e depois de haver muitas diferenças entre eles, assentaram, com o parecer de todos os Capitães que estavam presentes, que se fizesse moeda, e de dois Caixes (que era moeda de estanho do Rei de Malaca) se fizesse uma Moeda com a Esfera delRei D. Manoel, a que puseram nome Dinheiro, e outra mais grossa, que tinha dez dinheiros, puseram o nome Soldo; e outras, que pesavam 10 Soldos, puseram o nome Bastardos; e toda essa Moeda era de estanho (...) que nasce na terra de Malaca.

O padrão das emissões portuguesas de estanho baseou-se nas moedas cunhadas no tempo do sultanato. Para reforçar seu controle sobre a produção do estanho que viria a ser amoeado, “estas

¹⁸ Arthur J. Rolnick, François R. Velde e Warren E. Weber (19XX) apresentaram um modelo com o objetivo de decifrar as razões que levavam as pessoas, na Idade Média, a entregarem suas moedas para serem recunhadas quando o Estado determinava a redução do seu valor intrínseco (“debasement”). Supondo, equivocadamente, que as moedas circulavam a peso, concluíram que as recunhagens seriam irracionais e que, conseqüentemente, o fato de terem sido prática comum naquele período representaria uma *puzzle*, por contrariar a teoria da “racionalidade” do agente econômico. Poderiam ter matado a charada incluindo a pena de morte no modelo.

minas fez Affonso de Albuquerque direitos Reais do Rei de Portugal”. Em linguajar moderno, diríamos que foram estatizadas, ou confiscadas, se anteriormente fossem de propriedade do sultão.

Mas a discussão esquentou mesmo quando começaram a ser confrontadas as diferentes propostas sobre o conteúdo metálico e o valor a ser atribuído às peças de ouro e de prata que desempenhavam até então papel de “moedas universais” no comércio exterior pelo seu valor intrínseco. Começaram pela moeda de ouro. A decisão final só se deu “depois de passarem muitas práticas sobre a valia que teria” a moeda de ouro: “pareceu a todos bem que a Moeda de ouro pesasse um quarto de tudiá¹⁹, quem tem valia mil réis entre nós, a que puseram nome Católico”.

As negociações em torno do valor nominal da moeda de prata e até mesmo sobre se deveria ou não ser cunhada foram ainda mais demoradas. Albuquerque propôs inicialmente que a prata continuasse a circular como mercadoria por considerar que a Coroa poderia obter ganhos de arbitragem com as remessas do Reino: “Affonso de Albuquerque assentou que fosse prata mercadoura, porque querendo os Reis de Portugal mandá-la por mercadoria a Malaca pela muita valia que tem, o pudessem fazer”. A sugestão de deixar em aberto o preço da prata desagradou os mercadores, “posto que esta valia da prata fosse em seu prejuízo”. Apresentaram uma contraproposta: que a moeda de prata “fosse da de Pegu”, ou seja, que fosse baseada na que circulava no reino de Pegu, situado em território hoje parte do Myanmar. Albuquerque acabou cedendo e todos os presentes à reunião “assentaram, que a Moeda de prata se chamasse Malaquezes, e que tivesse o mesmo preço de quarto de tundiá”.

O resultado das negociações mostrava que as autoridades portuguesas tinham de levar em conta o preço de mercado das mercadorias-moedas (ouro e prata) ao praticar sua política monetária, particularmente em um “empório” como Malaca, dedicado ao comércio internacional e dependente das importações de produtos básicos, inclusive de alimentos, para sua sobrevivência.

Em resumo, as cunhagens resultaram na

fusão dos elementos. (...) Assim, quanto ao peso, feitio e material procurava-se seguir os padrões locais dominantes, a nomenclatura era de origem oriental e só o desenho era marcadamente português ou cristão, com cruces, santos e as armas da coroa de Portugal (SERRÃO, 2013).

6. Os festejos da proclamação da moeda

Após intensas atividades de cunhagem na recém-construída Casa da Moeda e o pessoal responsável pelo cerimonial ter ultimado os preparativos, teve lugar a festa de apresentação oficial da nova moeda do império português, ou seja, do novo sistema monetário e de pagamentos. Quem conta um pouco mais do ocorrido nos momentos que antecederam o cortejo comandado por Afonso de Albuquerque é, novamente, o indefectível Brás de Albuquerque:

Affonso de Albuquerque (...) mandou chamar os Governadores da terra e disse-lhes que ele tinha mandado lavar muita soma de moeda, como todos tinham assentado, e que era necessário mandar-se apregoar por toda a Cidade com aquela solenidade que convinha ao estado delRei D. Manoel, seu Senhor. Os Governadores assentaram que ao outro dia pela manhã se apregoasse, e ajuntaram-se todos os principais do povo e vieram à Fortaleza donde Affonso de Albuquerque estava com todos os Capitães, e Fidalgos, e Cavaleiros da Armada, e dali começaram a caminhar nesta ordem.

Embora caminhar obedecendo a hierarquia política fosse uma prática comum nas solenidades dos mais variados tipos, aquela formalidade seria particularmente importante manter numa ocasião em que “com aquela solenidade que convinha ao estado delRei D. Manoel”, se apregoava, isto é,

¹⁹ Tudiá, ou tundiá, era uma medida de peso. Desconhecemos sua equivalência em gramas.

se anunciava, a nova moeda. E para prestigiar ainda mais a cerimônia, até os elefantes trajavam suas melhores vestes de domingo:

Ia adiante de todo o povo um dos principais dos Governadores da Cidade, em cima de um Elefante com seu Castelo aparamentado de seda, e levava nas mãos uma bandeira das Armas delRei de Portugal, e uma haste comprida, e após ele ia todo o povo a pé de uma parte, e da outra, como em Procissão. E no meio desta gente ia um mouro em cima de outro Elefante, aparamentado também de seda, dando os pregões, e após ele as trombetas, e atrás delas os Governadores da Cidade, e todos os Mercadores e principais homens dela...

Pelo visto, as “principais mulheres dela” não tinham sido convidadas, mas isso não teria impedido que as ruas ficassem cheias, nem que, como aguardado, moedas fossem lançadas sobre a cabeça do “povo”:

E levavam consigo muita soma de moeda de ouro, prata, e estanho, que lançavam por cima de todo o povo a cada pregão que o Mouro dava, o qual era tanto que não cabia pelas ruas e com muitos cantares (...) davam grandes louvores a Afonso Dalboquerque. (...) e com esta ordem foram caminhando por toda a Cidade.

Conclusão (Epílogo)

No início do século XVIII, um “economista” português, solicitado a dar seu parecer sobre a cunhagem de moeda provincial no Brasil, explicou da seguinte maneira o caráter “nacional” da moeda no início da Idade Moderna:

É doutrina que não padece dúvida que, assim como uma das principais regalias dos Príncipes Supremos é a de bater moeda²⁰, assim lhe pertence absolutamente determinar a matéria, a forma, o peso e o valor que deve ter e variá-lo conforme o tempo e as circunstâncias²¹.

O economista descrevia um fato da vida dos Estados não só do seu tempo, mas também dos tempos desde a formação do Estado português no século XI, quando o sistema monetário já era bimetalico e o meio de pagamento oficial eram as moedas metálicas de ouro e de prata. Cabia exclusivamente ao monarca estabelecer o tipo de meio de pagamento que circularia – se seriam de ouro, prata ou cobre, grandes ou pequenas, o que nelas estaria estampado, seu peso etc. Da mesma forma, era sua prerrogativa determinar a relação da unidade de conta (o real) com os metais amoeáveis e alterá-la quando achasse conveniente.

O poder d’El Rei se estendia, obviamente, a todo o Império. No caso específico de Malaca, a substituição da moeda do sultão pela moeda dos portugueses seguiu o roteiro traçado por Knapp:

Assim que o Estado introduz um novo meio de pagamento em substituição do antigo, a lei (1) deverá descrever o novo meio de pagamento de tal forma que seja imediatamente reconhecível. (2) A lei deverá estabelecer um nome para a nova unidade de valor e proclamá-la o novo meio de pagamento. Desta forma, a validade dos novos meios de pagamento é estabelecida em unidades de valor. (3) A unidade de valor que será utilizada é definida pela sua relação com a unidade anterior. É, portanto, historicamente definida”. p. 21.

²⁰ “Bater moeda” era a expressão usada para se referir à tecnologia de cunhagem então empregada pelas casas da moeda.

²¹ Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos, Cx. 13, doc. 1123.

Levando em consideração o fato de que o sistema monetário de Malaca passava a ser legalmente tri-metálico, mostramos, na seção 5, que esse foi o roteiro seguido nas negociações entre os oficiais da Coroa portuguesa e representantes das elites mercantis locais.

(1) O novo meio de pagamento foi descrito: moedas de ouro, prata e estanho, que todos conheciam.

(2) Foi estabelecido, de fato mantido, o nome real como unidade de valor nas transações que envolviam os oficiais e os demais súditos de D. Manuel, e entre todos esses e moradores da cidade. Todas as moedas cunhadas, independentemente de seu metal, tinham seu valor atribuído em réis. Brás de Albuquerque menciona explicitamente o Católico de ouro, “quem tem valia mil réis entre nós’.

(3) O valor de uma esfera, nome dado à moeda de estanho com menor valor nominal, equivalia a duas caixas, “que era a moeda de estanho do Rei de Malaca”, isto é, que circulava no tempo do sultanato. No caso da moeda de ouro (católico) e de prata (malaques), o tundiá é apresentado por Brás de Albuquerque quer como unidade de peso, quer como tendo “o mesmo preço do quarto de tundiá”.

De qualquer forma, em todos esses casos “a unidade de valor (...) utilizada [foi] definida pela sua relação com a unidade anterior. [Foi], portanto, historicamente definida”. Com isso, acabavam as incertezas em relação aos contratos firmados na antiga moeda e evitava-se que o sistema de trocas viesse a sofrer descontinuidade.

Cabe ainda enfatizar o caráter nacional, ou doméstico, da “reforma monetária” imposta por Albuquerque. Embora desconhecamos o impacto dessa reforma sobre o conjunto do sistema legal de Malaca na época do domínio luso²², podemos supor que o valor em réis das moedas cunhadas na Casa da Moeda da Malaca portuguesa fosse reconhecido apenas no universo tocado pelos portugueses. Fora dele, predominava a moeda universal -- o ouro e a prata na forma de mercadoria. O ouro continuou a exercer a função de moeda de conta, como relata Duarte Barbosa, que trabalhou como escrivão da Coroa na Ásia entre 1500 e 1517: esta cidade de Malaca é o mais rico porto marítimo, com o maior número de mercadores atacadistas e abundância de navegação e comércio que pode encontrado em todo o mundo. Ouro chega a ela em tanta abundância que os grandes mercadores só avaliam suas propriedades e mantêm sua contabilidade senão em bahares de ouro que são quatro quintais cada um. (DAMES, 1921).

A percepção de que a moeda “nacional” difere daquela que é aceita além das fronteiras nacionais é antiga, como exemplifica a citação de Thomas Joplin que destacamos na epígrafe. Exatamente por ser a moeda uma criatura da lei, sua validade se limita aos territórios ou situações sobre os quais o Estado é capaz de impor a lei. É o próprio Knapp (op. cit., p. 296). quem adverte, em uma passagem do seu livro *The State Theory of Money* infelizmente pouco lembrada:

a moeda é uma criação da lei e, como último recurso, pode continuar a existir mesmo sem metal *hylic*²³, porque a unidade de valor não é definida tecnicamente, mas legalmente. A lei, de fato, só é válida no interior do Estado que a decreta e a mantém.

Por fim, não custa lembrar que, quando da invasão de Malaca, o Brasil já havia sido “achado”. Na parte das Américas que lhes cabia pelo Tratado de Tordesilhas, os invasores encontraram populações cuja organização social e política desconheciam o uso de moeda, razão pela qual foram capazes de transpor diretamente seu sistema monetário e de pagamentos para os territórios que

²² Ao longo do séc. XVI os portugueses teriam respeitado, de um modo geral, as leis e os costumes locais (CURVELO, 2009).

²³ Knapp define como *hylic* os metais que podem ser levados à casa da moeda, em quantidades ilimitadas, para serem amoedados. No sistema bimetalico de “cunhagem livre” da época, esses metais eram o ouro e a prata. As moedas de cobre eram cunhadas unicamente pelo Estado e tinham poder liberatório limitado.

passavam efetivamente a ocupar, sem necessidade de negociar com os povos originários. Mas essa é uma outra história.

Referências

ALBUQUERQUE, Afonso Brás de. *Commentarios do Grande Afonso Dalboquerque*. Lisboa: João de Barreira, 1576.

BOXER, Charles R. *O império Marítimo Português*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CIPOLLA, Carlo. *Velle e Cannoni*. Bologna: il Mulino, 1983.

CURVELO, Alexandra. Os Portugueses na Ásia dos séculos XVI-XVII: dinâmicas económicas e sociais e vivências artísticas e culturais. In book: *Biombos Namban / Namban Screens* (pp.18-42) Publisher: Museu Nacional de Soares dos Reis / IMC Editors: Lisboa, 2009.

DAMES, Mansell L. *The Book of Duarte Barbosa. An account of the countries bordering on the Indian Ocean and their inhabitants*. London: The Hakluyt Society, 1921.

GODINHO, Vitorino M.A *Expansão Quatrocentista Portuguesa*. Lisboa: Dom Quixote, 2008.

GODINHO, Vitorino M. *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, 4 vol. Lisboa: Editorial Presença, 1971.

GREEN, Toby. Africa and the Price Revolution: currency imports and socioeconomic change in West and West-Central Africa during the 17th century. *Journal of African History*, vol. 57, n. 1, 2016.

HUSSAIN, Syed Ejaz. Symbolism and the State Authority: reflections from the art on Indo-Islamic coins. *Indian Historical Review*, 40: 17, 2013.

INIKORI, Joseph E. Africa and the Globalization Process: western Africa, 1450– 1850. *Journal of Global Histor / Vol. 2, n.1, 2007*, pp 63 – 86.

JOPLIN, Thomas. *An Essay on Money and Bullion*. London: B. Lintot, 1718.

KNAPP, Georg. F. *The State Theory of Money*. London: Macmillan, 1924.

MARTINS, Oliveira. *Portugal nos Mares*. Lisboa: Guimarães Ed., 1954.

PINTO, Paulo Jorge de Sousa – Uma cabeça sem corpo : reflexões em torno da Malaca portuguesa : 1511-1641. In *Portugal e o Sueste Asiático : 500 anos*. Lisboa: CH-FLUL E NICPRI, 2013.

ROLNICK, Arthur J., VELDE, François R. e WEBER, Warren E. The debasement puzzle. *The Journal of Economic History*, vol. 56, n. 4, 1996.

SERRÃO, José Vicente, 2013. Moedas, in J. V. Serrão, M. Motta e S. M. Miranda (dir), e-*Dicionário da Terra e do Território no Império Português*. Lisboa: CEHC-IUL.

SOUSA, Antonio Caetano de. *História Genealógica da Casa Real Desde sua Origem até os Dias de Hoje*. Vol. 4 Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Silva, 1738.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. *O Império Asiático Português, 1500-1700*. Lisboa: Difel, 1993.

TAVARES, Maria José Ferro. A moeda medieval como fonte para a história das mentalidades. In. Estudos de História de Portugal, séculos X-XV. Homenagem a A. H. de Oliveira Marques. Vol I. Lisboa: Editorial Estampa, 1982.

THOMAZ Luis Filipe F. R.: The Malay Sultanate of Melaka.. In. REID, Anthony J. S. (Ed.). Southeast Asia in the Early Modern Era: Trade, Power, and Belief. New York: Cornell UP, 1993.

THOMAZ Luis Filipe F. R. A Expansão Portuguesa: um prisma de muitas faces. Lisboa: Gradiva Publicações, 2021.